



Barueri/SP

Sindicato de Barueri lança campanha por vacinação de vigilantes contra a covid-19



O Sindicato dos Vigilantes de Barueri lançou, nesta quinta-feira (22), a campanha #vacinaparaosvigilantesjá, que pede a vacinação para os trabalhadores da segurança privada. A iniciativa é realizada após levantamento mostrar que os profissionais desta área estão entre os trabalhadores que mais morrem de covid-19 no Brasil.

A constatação foi feita para o jornal “El País” pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data, com base em dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

De acordo com a publicação, a morte de vigilantes, inclusive profissionais terceirizados, como os que monitoram a temperatura na entrada de centros comerciais, aumentaram 59 % entre janeiro e fevereiro de 2020 e o

mesmo período de 2021. “O vigilante é o primeiro profissional a ter contato com as pessoas em hospitais, bancos, comércios e condomínios, estejam essas pessoas saudáveis ou contaminadas”, afirma o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira.

A reportagem do “El País” enfatiza ainda que o cadastro do Ministério do Trabalho só capta dados do mercado formal, ou seja, não são contabilizados óbitos de autônomos e microempreendedores individuais (MEIs).

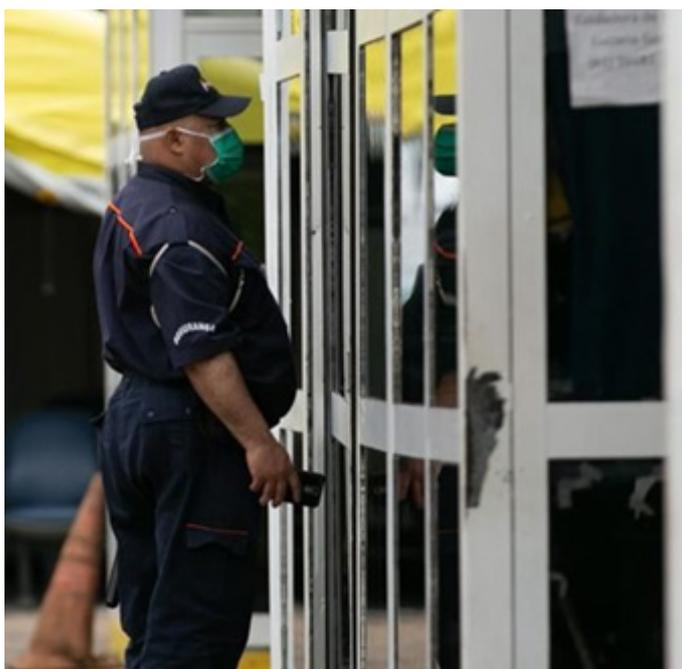
Segundo Amaro Pereira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, há categorias de trabalhadores que são essenciais, mas “invisíveis”, e essas necessitam urgentemente de vacina contra a covid-19.

Além dos vigilantes, outros profissionais considerados essenciais – aqueles que não podem ficar em casa – também estão entre as maiores vítimas da doença: frentistas de postos de gasolina, caixas de supermercado e motoristas de ônibus. “Trabalhador essencial e que está na linha de frente tem que ser vacinado com prioridade. Não pode ser deixado à própria sorte enquanto cumpre seu dever”, finaliza Amaro.

FONTE: VISÃO OESTE

Sindicato revela preocupação com vigilantes do DF que recusam vacina

Pelo menos 6 profissionais lotados em hospitais já teriam assinado um termo de responsabilidade por terem se recusado a receber o imunizante



Myke Sena/Especial para o Metrôpoles

Em Pelo menos seis vigilantes que atuam em hospitais públicos do Distrito Federal já se negaram a receber a vacina contra a Covid-19 por motivações político-ideológicas ou mesmo religiosas. Segundo o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-DF), eles tiveram que assinar um termo de responsabilidade após optarem por não receber o imunizante.

“A gente não pode obrigar o funcionário e receber a vacina. O que podemos fazer, talvez, é tirar dos hospitais da Secretaria de Saúde, onde há muito contato com o vírus, e colocar em algum outro posto que tenha menos risco”, explica o presidente do Sindesp, Luis Gustavo Barra.

PUBLICIDADE

Até agora, não é toda a categoria que está apta a receber doses do imunizante contra o novo coronavírus. Apenas aqueles que trabalham em hospitais e estão em contato diário com possíveis infectados que podem receber a vacina, independentemente da idade do profissional.

A atitude dos vigilantes que recusaram a imunização preocupa também o sindicato que representa os trabalhadores, o Sindesp-DF. De acordo com a entidade, 48 vigilantes já morreram em decorrência da Covid-19.

“Infelizmente a gente tem visto alguma resistência contra algo que estamos batalhando muito para conseguir. Hoje já tivemos a confirmação de mais um óbito, contagem que não para”, comenta Gilmar Rodrigues, diretor do Sindesp.

Para ele, ainda há muita desinformação, o que pode acabar custando o emprego ou a vida desses trabalhadores. “A gente tem visto muitos morrendo de infarto também. Mês passado, eu vi um que morreu no posto de trabalho e estava com o kit-Covid junto dele. Estava passando mal e decidiu tomar aqueles remédios todos”, lamenta.

Nas contas do sindicato, pelo menos 2.359 vigilantes, em diversas áreas de atuação, já foram contaminados pela doença.

O que diz a Secretaria de Saúde

Procurada, a Secretaria de Saúde não se pronunciou com relação à recusa de vigilantes em tomar a vacina contra a Covid-19. O espaço permanece aberto para eventuais manifestações.

FONTE: METROPOLES - Matheus Garzon

UM RESUMO DA SEMANA/ LUTAS E RESISTENCIA

SOMOS ESSENCIAIS PARA VIVER. VACINA, JÁ!



SEGUNDA-FEIRA, 26, ÀS 08H, NA SMS COBRANDO A VACINA

Se no interior do estado as Prefeituras estão sensíveis aos apelos da nossa categoria e vacinando os Vigilantes de bancos, hospitais, INSS, órgãos públicos, comércio e outros, na linha de frente durante toda a pandemia, em Salvador a Secretaria Municipal de Saúde – SMS não respondeu até agora os dois Ofícios protocolados pelo Sindvigilantes/BA pedindo a inclusão dos Vigilantes nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid.

Por isto, na próxima segunda-feira, dia 26, vamos a SMS cobrar nossa vacina.

Não queremos ser essenciais apenas para trabalhar e para morrer. VIGILANTE É ESSENCIAL PARA VIVER.

TODOS NA SMS

DIA 26/4 – SEGUNDA-FEIRA – ÀS 08H

AV. ESTADOS UNICOS/ESQUINA COM RUA DA GRECIA – COMERCIO

PARA REFORÇAR NOSSA LUTA PELA VACINA A SEMANA COMEÇOU COM ESTA BOA NOTICIA:

VIGILANTES JÁ VACINADO EM POÇÕES

Uma demonstração clara e objetiva do resultado da UNIÃO e AÇÃO EFETIVA DO VIGILANTE ATRAVES DO SEU SINDICATO vem da cidade de Poções. Lá os vigilantes acataram a sugestão da direção do Sindvigilantes/BA e solicitaram a notificação à Prefeitura pela prioridade da vacina contra Covid para a categoria.

O Sindicato encaminhou a notificação, os vigilantes fizeram o corpo-a-corpo e nesta quarta-feira, 21, os colegas ligaram para avisar que todos foram vacinados: Vigilantes dos bancos, INSS e outros.

Outra cidade que prometeu vacinar os Vigilantes foi Itapetinga, na mesma região.

Salvador e Lauro de Freitas ainda não responderam aos dois ofícios do Sindicato. Mas não vamos ficar de braços cruzados.

Para Salvador a convocação para toda a categoria é segunda-feira, dia 26, às 08h, na Secretaria de Saúde de Salvador – SMS.

- Desde o início da pandemia não saímos da linha de frente.

- Perdemos muitos colegas para o Covid 19.

- Merecemos, precisamos e queremos VACINA, JÁ!

Nesta semana colegas de outras cidades também pediram para notificar as Prefeituras: Jequié e Riachão do Jacuipe, por exemplo.

VIGILANTES E PATRÕES RETOMAM NEGOCIAÇÃO NESTA SEGUNDA-FEIRA, 26

Para a próxima segunda-feira, 26, está prevista uma retomada do processo de negociação entre os nossos Sindicatos e o Sindicato patronal cobrando o reajuste de salário e Convenção Coletiva. Será as 16h na sede do Sindicato patronal – Centro Empresarial Iguatemi.

SEMANA DE DINHEIRO NO BOLSO DOS VIGILANTES/ PAGAMENTO DE PROCESSOS

CHEQUE PARA + 2 EX-PRECAVER/IBAMA E NOVA CONVOCAÇÃO PARA 27 PROCURADOS (EX-PRECAVER/EBAL)

Deste processo foi mais de 110 mil para entrega a dois colegas. Os dois já foram localizados e um até já recebeu.

Dos outros 27 PROCURADOS para retirarem seus cheques no Sindicato resultante de processos liberados anteriormente, vários já entraram em contato com o Sindicato. Para outros, estamos fazendo buscas de endereços e contatos.

COMO FAZER PARA RECEBER SEU CHEQUE – Neste momento, em razão das restrições da pandemia, o colega chamado pelo Sindicato deve fazer contato por telefone ou zap com dirigentes do Sindicato e buscar orientações. (Anote os telefones a seguir).

Tenha em mãos original e cópias de RG, CPF, PIS, Prova de Residência e CTPS (pagina da foto, verso e do contrato Precaver).

Fale com:

Boaventura – 71 99617 9701

Almir - 71 98814 0559

Djalma - 71 98814 0558

P.Brito - 71 98814 0556

Dermeval - 71 98814 0565

Ou o Diretor ou Delegado Sindical da sua região.

A lista dos PROCURADOS está disponível no site da entidade.

JAVA RESIDUO DOS 30% - 20 CHEQUES ENTREGUES SÓ NO SABADO

Dos colegas da capital que se habilitaram para receber a sua parte do acordo homologado pela justiça no processo Java resíduo dos 30% da periculosidade, 20 foram ao Sindicato neste sábado e receberam seus cheques. Isto significa, total, 9.520 entregues, com cada um recebendo seus 476 reais, quase meio salário mínimo. Durante a semana os demais habilitados estarão procurando o Sindicato para também receberem seu direito.

SINDVIGILANTES/BA CONVOCA 162 MF OU EX-MF PARA RECEBEREM SEUS CHEQUES/ DANOS MORAIS E MULTA POR DEIXAR DE REALIZAR EXAME MEDICO ANUAL

No enfrentamento de empresas mal acostumadas e viciadas em não cumprir a lei e a CCT o Sindvigilantes/BA tem buscado a justiça para obrigá-las a cumprirem as suas responsabilidades, com penalização financeiramente em benefício dos trabalhadores.

Agora chegou a vez da empresa MF, do ex-presidente do Sindicato patronal.

Por deixar de realizar os exames médicos periódicos a cada ano a MF foi condenada a pagar por Danos Morais Coletivos e a multas.

Hoje a MF e a maioria da empresas aprenderam a lição e já realizam o exame a cada ano, como manda a lei e a CCT.

O processo é de 2015 e a justiça liberou há poucos dias um primeiro valor neste processo e o Sindicato destinará a 162 colegas incluídos no processo judicial (que atuavam na empresa em 2015).

Para todos é um dinheiro extra. Para outros é uma ajuda significativa num momento difícil que atravessamos.

A direção do Sindvigilantes/BA cumpre, assim, o seu papel: combater o mau costume, o desrespeito a lei e a CCT, sempre em benefício da saúde, da vida e do bolso dos trabalhadores.

ATENÇÃO PARA O CRONOGRAMA E ORIENTAÇÕES PARA A ENTREGA DOS CHEQUES:

1- A entrega dos cheques, na primeira semana e para os colegas da capital e RMS obedecerá à ordem, por grupos, seguindo a ordem alfabética.

- 27/4 – TERÇA das 08 às 11h – Letras “A” a “D”
- 28/4 – QUARTA – das 08 às 11h - Letras “E” a “J”
- 29/4 – QUINTA – DAS 08 ÀS 11H - Letras “L” a “N”
- 30/4 – SEXTA - DAS 08 ÀS 11H - Letras “O” a “W”

2- INTERIOR – Os colegas do interior devem entrar em contato com os nossos representantes locais (LEM, Sr. do Bomfim, Feira) ou ligar para:

- Sergio Mario – 71 99905 6602
- Dermeval - 71 98814 0565
- Boaventura – 71 99617 9701
- Almir - 71 98814 0559
- Djalma - 71 98814 0558
- **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS/**

INDISPENSÁVEIS (ORIGINAL E COPIAS):

-RG, CPF, Nº PIS, PROVA RESIDENCIA E CTPS (PAG. FOTO/VERSO E DO CONTRATO MF)

Agora, confirme no site da entidade se seu nome consta no rol de beneficiados do PROCESSO 1144.2015.16 SINDVIGILANTES/BA X MF/ EXAME MÉDICO

PROAGIL/INB – AUDIÊNCIA NO MPT: EMPRESA APARECE NA AUDIÊNCIA, MAS SOLUÇÃO FICOU PARA O 03/5.

Em mais um esforço do Sindicato e do Ministério Público do Trabalho – MPT para solucionar o pagamento da rescisão aos vigilantes ex-Proagil/INB – Indústrias Nucleares do Brasil (Caetité) foi realizada ontem (20) mais uma audiência no MPT Vitória da Conquista. Desta vez a empresa compareceu.

Veja a seguir uma síntese da audiência:

1- Na audiência anterior a INB alegou que a Proagil não tinha mais nenhum crédito decorrente do contrato;

2- Na audiência de ontem a Proagil disse possuir créditos na INB, que totalizam R\$ 216.000 na INB;

3- Que este valor é suficiente para pagar o restante da rescisão (cerca de 320.000 total. Foi pago 160.000). Mas este valor ainda não inclui os 40% do FGTS e os meses (6) de FGTS não depositado;

4- A Procuradora determinou a Proagil que juntasse, no prazo de 10 dias, a prova das suas alegações (créditos) e a INB que confirmasse ou não tais créditos. Desta vez a INB alegou que quem tinha informações, efetivas, sobre créditos era a matriz no Rio de Janeiro.

5- Nova audiência ficou determinada para o dia 03/5, às 14h, através de videoconferência.

Ainda nesta semana o Sindicato fará pressão junto a empresa para responder sobre os 40% e os depósitos do FGTS, além dos documentos rescisórios dos colegas.

Importante salientar que, perguntado pelo Sindicato, a INB alegou que não fez as retenções mensais (lei anticálculo) das verbas rescisórias dos Vigilantes, como manda a norma federal. A INB não cumpriu sua obrigação, nem cuidou dos direitos dos Vigilantes.

Também disponibilizaremos a todos, logo que tenhamos em mãos, cópia das Atas das audiências.

É a luta pelos direitos dos trabalhadores e no combate a patrões caloteiros e seus contratantes omissos e coniventes.

Todos ligados, unidos e firmes contra o calote.

FISCALIZAÇÃO POSTO JAVA/SECTI -RIBEIRA

Nesta semana a Fiscalização Sindical voltou a um Posto da empresa Java (Galpão da SECTI-Ribeira). Lá viu falta de água para higiene, sanitários e outras coisas. A empresa já foi notificada.

Até a próxima semana de luta e combate em defesa do VIGILANTE!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Projeto facilita prova de vida de beneficiários do INSS



Atualmente suspensa, devido à pandemia, prova de vida deve ser feita a cada 12 meses

O senador Jorginho Mello (PL-SC) apresentou ao Senado projeto (PL 385/2021) dando poder a médicos, e outras autoridades, para que possam oferecer prova de vida a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O objetivo do projeto é evitar que pessoas, principalmente os idosos, gastem seus poucos recursos em deslocamentos na ida aos bancos para fazer essa comprovação.

Pelo texto, a comprovação de vida do beneficiário do INSS poderá ser efetuada mediante uma simples remessa, por meios eletrônicos ou pelos Correios, de um atestado médico para endereços disponibilizados pelo Instituto. O atestado deverá trazer os dados de identificação do beneficiário e do profissional que identificou o interessado.

Não havendo médico na localidade, a comprovação pode ser realizada mediante entrega de formulário-padrão ao INSS, subscrito por duas testemunhas, preenchido pelos interessados e entregue em agências lotéricas ou agências dos Correios. E nos municípios nos quais não houver médicos, outras autoridades poderão dar a prova de

vida aos cidadãos da localidade, assumindo responsabilidade pelos seus atos.

“A prova de vida é um drama para a maioria dos idosos, beneficiários da Previdência Social, e também aos beneficiários dos regimes próprios. No momento, a Lei 8.212, de 1991 (que trata da Seguridade Social), entrega esta atribuição de comprovar a vida e a existência deles às instituições bancárias. Neste momento de pandemia, os idosos estão, caso precisem comprovar a existência, submetidos a longas filas, aglomerações, gente sem máscara, riscos de contrair o coronavírus, pedintes e golpistas em portarias das agências financeiras”, lamenta Jorginho Mello.

O senador também diz “estranhar” esta atribuição ser entregue a bancos, “que os atendem quase sempre de má vontade”, haja vista o interesse deles em oferecer produtos a aposentados e pensionistas, seus netos e acompanhantes, “sem falar nos empréstimos consignados que desgastam os benefícios em juros”.

Fonte: Agência Senado - Aniele Nascimento/
Gazeta do Povo

Com atraso, governo deve retomar medidas de proteção a trabalhadores e empresas

Entre as medidas estão redução de jornadas e salários, adiamento do pagamento do FGTS e de um terço sobre férias. Para Dieese, medidas protetivas vêm com atraso



Apesar do descontrole da pandemia do novo coronavírus, que se agravou entre o fim do ano passado e o início deste ano, só agora o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) deve lançar medidas para proteger o emprego de trabalhadores e trabalhadoras, como redução de jornada e salário e suspensão do contrato de trabalho por um período emergencial, ou enquanto durar a fase mais grave da pademia.

Achando que a pandemia, que ele chamou de gripezinha, passaria num passe de mágica no último dia 31 de dezembro, Bolsonaro não enviou ao Congresso Nacional um novo pedido de estado de calamidade pública, que daria condições e recursos financeiros para que o governo desse continuidade a programas de proteção social e de trabalho.

Ao contrário, o presidente seguiu à risca o discurso de austeridade econômica do ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, de que era preciso continuar apertando o cinto

da população para manter as regras fiscais. Ou seja, enquanto o povo passa fome, o governo se preocupa em pagar juros da dívida pública aos bancos.

Somente quase cinco meses depois do fim do estado de calamidade pública, o governo acena com a possível volta de medidas como o Programa de manutenção do emprego e Renda (BEm), de redução de jornadas e salários. O programa prevê a redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato, por até quatro meses.

Para diminuir o prejuízo ao trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Confira aqui as regras do BEm.

Mas, a volta do BEm com valores menores à disposição não garante a mesma proteção dada aos 10 milhões de trabalhadores beneficiados com o programa no ano passado. O governo espera gastar R\$ 10 bilhões e atender apenas 5 milhões de pessoas, a metade dos beneficiados de 2020.

“Mais uma vez o governo erra ao diminuir o número de trabalhadores que podem ser atendidos com o BEm e a limitar o prazo em quatro meses. A pandemia não vai acabar

daqui a quatro meses. É preciso manter os vínculos do trabalhador com o empregador por mais tempo”, diz a técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino.

Adriana diz ainda que as perdas financeiras dos trabalhadores, em muitos casos, só não foram maiores graças à atuação de sindicatos que conseguiram ao menos manter o valor líquido dos salários, mas que a demora do governo vai provocar mais estragos na renda da população.

“Estamos no olho do furacão, no meio de uma segunda onda ,com cenário piorado de condições econômicas, e o governo prevê gastar menos do que o ano passado. O estrago já está grande e vai ficar pior se o governo mais uma vez marcar uma data para acabar a pandemia”, afirma Adriana Marcolino.

Outra medida já adotada no ano passado é o adiamento de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sem prejuízo ao trabalhador que receberia tudo o que tem direito em caso de demissão ou se sacasse para a compra de um imóvel, e do adiamento do pagamento de um terço das férias aos trabalhadores, que também receberiam depois o valor a que têm direito. Os empregadores terão até o fim do ano para fazer o pagamento desses débitos.

A técnica do Dieese não vê problema algum o adiamento do depósito do FGTS, desde que, é claro, o trabalhador receba tudo o que tem direito, caso seja demitido ou precise do valor para comprar um imóvel.

“Os adiantamentos de pagamento do FGTS e de um terço das férias são até razoáveis diante da atual crise, e como o isolamento social é necessário seria um desestímulo a quem quer

viajar nas férias”, diz Adriana.

O governo deve ainda editar uma Medida Provisória (MP) nos mesmos moldes da MP nº 927, que caducou em julho do ano passado. A MP mexia no pagamento de débitos trabalhistas, impunha acordos individuais sobre teletrabalho e fazia mudanças sobre antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, feriados e banco de horas, entre outras regras.

Empresários de micro e pequenas empresas também seriam beneficiados com a volta do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), de crédito a juros menores.

A reedição dessas medidas só foram possíveis agora após um acordo com o Congresso Nacional que destravou o orçamento deste ano, para que esses programas fiquem de fora do Teto de Gastos Públicos. Com isso se abre espaço no Orçamento deste ano para a abertura de novos créditos extraordinários contra a pandemia de coronavírus. O texto muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dispensa o Poder Executivo de indicar de onde vai tirar o dinheiro para cobrir algumas despesas discricionárias (não obrigatórias).

“As medidas de proteção aos trabalhadores deveriam ter continuado desde o final do ano passado, mas, o governo enrolou, como enrolou com o auxílio emergencial, preocupado com o debate da austeridade fiscal em vez de proteger a sua população”, conclui Adriana.

Foto: Roberto Parizzotti / CUT Brasil

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize

Muniz – CUT Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF